

## **A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: Análise da influência chinesa na região do MATOPIBA**

Paloma Guitarrara<sup>1</sup>

### **Resumo**

A economia mundial passa, de tempos em tempos, por redefinições que suscitam a construção de novas lógicas de acumulação e circulação do capital que, por sua vez, promovem uma nova divisão internacional do trabalho. O último movimento dessa magnitude aconteceu a partir da década de 1970, tendo os agentes financeiros assumido a dianteira da economia mundo, o que implicou na intensificação dos fluxos de capital e mercadorias entre diferentes economias nacionais. As transformações na escala global se transferem para o território com o intermédio do Estado, caso do Brasil e da China no período em questão quando a reestruturação produtiva favoreceu o estabelecimento de novos laços comerciais a partir da internacionalização da produção e o fortalecimento de antigas parcerias. O presente trabalho pretende entender a influência do reordenamento interno e do novo contexto econômico internacional na expansão da fronteira agrícola brasileira com foco na região do MATOPIBA, assim como as relações econômicas entre esta e a China e as suas implicações gerais.

**Palavras-chave:** reestruturação, fronteira, China.

### **Introdução**

A globalização que se impõe a partir da segunda metade do século XX e a transformação no ritmo de vida da sociedade moderna altera profundamente a relação desta para com o consumo, o qual atinge escalas sem precedentes na história. Focando nossa análise nos recursos básicos necessários à manutenção da vida humana, recorre-se cada vez mais à criação e difusão de produtos industrializados numa tentativa de suprimir essa demanda crescente e com níveis de exigência cada vez mais elevados. Entretanto, as novas opções que se apresentam no mercado não eliminam a necessidade por produtos originários do setor primário, em especial agrícolas. Isto é, o consumo e a demanda por alimentos e por matérias primas têm uma mudança qualitativa generalizada, mas os suprimentos provenientes da agricultura mantêm ainda o papel de destaque na dieta mundial.

Em decorrência disso, temos que a agricultura se destaca no quadro econômico internacional principalmente em função da troca de mercadorias – isto é, da comercialização – e dos investimentos estrangeiros no mercado terras, tendo a propriedade fundiária adquirido cada vez mais importância no mercado financeiro global em decorrência do contexto

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), [paguitarrara@hotmail.com](mailto:paguitarrara@hotmail.com).

econômico do final do século XX (SASSEN, 2016, pp. 110-111). Retomando a questão do comércio, a expressão máxima desse fato se dá no aumento da área agricultável<sup>2</sup> observado a partir da década de 1960, ou seja, no período pós-guerra em que o sistema econômico estava se reestruturando em torno de um novo modelo econômico e social que viria a se consolidar apenas uma década mais a frente. O fenômeno de aumento da área agricultável dura, entretanto, até o início da década de 1990, quando recai uma nova crise no sistema econômico mundial. Dados do Banco Mundial mostram que a área agricultável global teve seu maior valor alcançado no ano de 1991, com 39,47% do total das terras, valor esse que declinou para 37% até o ano de 2014. O Brasil, por sua vez, sofreu uma variação de 18,01% em 1961 para 28,90% trinta anos mais tarde, chegando a 33,81% no ano de 2014, fazendo um caminho contrário ao da média global (Banco Mundial, [s.d.]).

Ambas as tendências acima expostas podem ser explicadas a partir do entendimento do contexto da economia internacional, que se viu diante de um momento de grande ebulição com o final da Segunda Guerra Mundial marcado pelas transformações no sistema monetário e financeiro internacional. Podemos considerar como sendo uma das principais características do novo período a participação ativa de dos países do Sul global, conforme denominados por Sassen (2016, p. 22), na dinâmica econômica internacional, países esses que, no entanto, acabam subordinados às sanções e às medidas disciplinares dos organismos multilaterais (SASSEN, 2016, p. 103), fato que conduz a alterações profundas nas suas estruturas internas.

Ademais, o Estado continua ainda tendo papel central nas transformações em nível territorial, e a maneira como intervêm na atividade econômica se adaptou às novas exigências do arranjo externo sem, no entanto, ignorar as idiossincrasias do seu mercado local e mais especificamente do seu espaço absoluto (FERREIRA, 2009, p 78). A China e o Brasil são dois dos exemplos claros das influências da globalização financeira em escala nacional, sendo este, portanto, um dos pontos de partida do artigo aqui apresentado. No primeiro item, faremos uma breve revisão das transformações no território brasileiro a partir da segunda metade do século XX, destacando as principais medidas estatais que favoreceram a sua

---

<sup>2</sup> Utilizamos aqui o conceito de área agricultável apresentado pelo Banco Mundial em sua base de dados, que assim define aquelas porções do território que estão aradas e permanentemente utilizadas por culturas diversas ou por pastagens, incluindo ainda as terras nas quais se desenvolvem as culturas temporárias, de acordo com a FAO. São excluídas dessa categoria as terras que são abandonadas após a rotação de culturas. (Banco Mundial, [s.d.])

reestruturação produtiva, com destaque para o campo e as novas áreas da agricultura industrializada cuja produção se volta ao mercado externo.

Nesse sentido, selecionamos como área de estudo a região produtiva conhecida como MATOPIBA, composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Em conjunto com o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, esse arranjo territorial se destaca atualmente no cenário econômico nacional em função da alta tecnificação das cadeias produtivas agrícolas que nele se efetivam, o que não apenas altera a rentabilidade das lavouras, mas ainda, e principalmente, a escala de produção. Tendo em vista as características do produto final concebido e a composição da demanda do mercado interno, conforme veremos, a maior parcela dessa produção se destina a compradores estrangeiros. Em outras palavras, os municípios produtores do MATOPIBA se inserem no circuito global da economia, mantendo relações econômicas sólidas com outras espacialidades que não se encontram nas suas adjacências, mais um traço marcante do modelo agroindustrial implantado nos Cerrados brasileiros.

Portanto, ainda no primeiro item de nosso texto abordaremos o avanço da agricultura modernizada como um fenômeno que se insere no bojo do reordenamento territorial que teve lugar na segunda metade do século XX, destacando o movimento para áreas específicas dentro das regiões Norte e Nordeste que se intensificou principalmente a partir da década de 1970. No item seguinte, dedicaremos algumas páginas às particularidades internas do MATOPIBA, além de, conforme adiantamos anteriormente, analisar as condições que proporcionaram o estabelecimento de relações para com a China, notadamente o intercâmbio comercial, e as implicações gerais para a região estudada. Ressaltamos ainda que a escolha da terminologia adotada no presente trabalho será explicitada e brevemente discutida nessa mesma seção, qual seja o uso da expressão fronteira agrícola, uma vez que é a partir daqui que nos aprofundaremos verdadeiramente na temática.

Sendo na troca de mercadorias onde se encontra o mais expressivo retrato da magnitude da verticalização da produção agrícola do MATOPIBA, o terceiro item de nosso artigo se concentra na análise dos dados quantitativos do envio de *commodities* agrícolas dessa região para a China, que se consagra no final do século XX como um dos seus principais compradores e, talvez por isso, um forte investidor na cadeia produtiva dos respectivos produtos demandados. Selecionamos aqui a soja, o algodão e o milho para dimensionarmos a parceria, três das principais demandas internacionais quando se considera

as *commodities* primárias, além de representarem os cultivos mais expressivos em questão de área plantada e produtividade na região estudada.

### **A globalização financeira no território: do reordenamento interno aos fluxos transfronteiriços**

A Guerra Fria que marca o instável intervalo de tempo que sucede a Segunda Guerra Mundial representou o que podemos chamar de fase de transição entre dois períodos distintos da história da economia mundial, ou mesmo da evolução histórica do capital em escala global, pensando aqui na periodização proposta por Santos e Silveira (2001, p. 27). A ampliação dos mercados internacionais que segue à sua gradativa liberalização a partir da década de 1950 permitiu com que o capital, tratando-o aqui de forma indistinta e integral, se deslocasse da escala do território e atingisse a escala mundial.

Apesar de uma aparente independência dos fluxos financeiros no que diz respeito aos agentes reguladores, entretanto, esse período representa também a ressignificação do papel do Estado, que passa agora a garantir a mobilidade das finanças e do mercado de operações, além de atuar na prevenção de crises (HELLEINER, 1994, p. 8) e na elaboração de políticas de proteção comerciais (idem, p. 20). Por último, é inegável, conforme afirmam Santos e Silveira (2000, p. 257), que deve se levar em conta que apesar de o capital ter adquirido maior mobilidade, ele ainda depende dos espaços nacionais para a sua reprodução, espaços esses que são diretamente regulamentados pelo Estado. Este, por conseguinte, pode atuar conjuntamente com os agentes econômicos na garantia das condições adequadas para o que Santos e Silveira (2000, p. 256) chamam de operação rentável, suscitando rearranjos territoriais tais quais os observados no Brasil na década de 1960, intensificando-se a partir da seguinte.

Dizendo de outro modo, o que se pode perceber na segunda metade do século XX é o estabelecimento de um capital transfronteiriço que apesar de se sobrepôr aos limites geopolíticos característicos da conformação territorial de cada nação individual tem nessa escala a sua expressão máxima, reproduzindo-se principalmente no e através do espaço geográfico, fazendo uso de suas principais estruturas e sistemas técnicos. Pensar o avanço do capital financeiro, portanto, é pensar na formação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 53) e no que ele representa para o território no qual se enraíza. O economista François Chesnais (1996) faz um ensaio bastante pormenorizado a respeito dos deslocamentos do capital no mundo a partir da década de 1970 e 1980, tendo

como base, no entanto, a trajetória histórica que permitiu a construção do cenário hoje em voga. A partir da sua leitura, podemos inferir que o espraiamento dos agentes econômicos por áreas que até então pareciam inalcançáveis está estritamente ligado ao desenvolvimento de novas tecnologias da informação e da comunicação e ao aperfeiçoamento daquelas já existentes. Dessa maneira, o capital que sempre desfrutou de certa mobilidade em escala internacional, e podemos dizer que assim acontece desde sua primeira fase de acumulação primitiva, passa agora a ter mais elementos que favorecem essa sua característica, o que lhe garante ainda mais liberdade de atuação (CHESNAIS, 1996, p. 211).

Quando passada pelo crivo da Geografia, o que se pode extrair da análise de Chesnais é o fato de o novo período histórico ser marcado pela maior fluidez do espaço em escala global, tendo sido garantida pela implantação de novas redes de infraestrutura (SANTOS; SILVEIRA, 2001, pp. 261-262). Assim sendo, fica ainda mais evidente a sobreposição dos elementos verticais produzidos pela dinâmica política e econômica em escala global àqueles elementos que estão circunscritos a uma escala local ou regional. Trazendo então o Brasil à luz da discussão, é no âmago do fenômeno que Haesbaert (1999, p. 24) chamou de dialética da inclusão-exclusão que se insere o processo de reordenamento territorial que se processa com maior intensidade no período até então trabalhado, isto é, a partir da década de 1950.

Nenhuma expressão territorial representa melhor o processo de imersão do Brasil na conjunta econômica que se formava na segunda metade do século XX do que a expansão das fronteiras agrícolas para as porções de Cerrado do território nacional. Esse movimento, apesar de ter se intensificado a partir da década de 1970 e se consolidado após os anos 1980, tem raízes que se fixam ainda em tempos anteriores ao marco temporal acima determinado, o qual tem como principal expoente governo Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas. Para chegarmos, então, até a análise dos dados do comércio internacional de *commodities* entre os estados que compõem a nova região produtiva que se delineia nesse período é necessário que retomemos brevemente alguns aspectos mais relevantes da reordenação territorial brasileira que teve lugar nesse ínterim, destacando o espraiamento do modelo agroempresarial para Cerrados do Centro-Norte<sup>3</sup> do país.

As fronteiras agrícolas brasileiras sempre estiveram em constante processo de redefinição, não sendo o movimento mais recente uma novidade na história territorial do

---

<sup>3</sup> Ao referirmo-nos à porção do território para onde a expansão da agricultura capitalista se direcionou como Centro-Norte, estamos fazendo uso da divisão regional proposta por Alves (2015).

nosso país, como nos recorda Bertha Becker (1982, p. 167). Olhando em retrospecto para o ordenamento interno do Brasil, temos que a expansão das fronteiras sempre representou uma etapa essencial para a garantia de domínio sobre determinada porção do espaço físico, fazendo parte desde os tempos coloniais de diversos projetos de ocupação para uso posterior das áreas que mais tarde foram classificadas como fundos territoriais (MORAES, 2001, p. 112). Diversas eram as maneiras como esse movimento expansionista se realizava, sendo quase sempre iniciado, entretanto, através do pastoreio do gado para, apenas depois, ter início o povoamento ou a instalação de lavouras diversas – consistindo esses nos dois principais movimentos identificados por Caio Prado Jr. (1965) e expostos por Puntoni (2002, p. 25).

O crescimento dos espaços ocupados por toda a extensão do ainda incipiente território nacional que são descritos por Puntoni (2002) a partir de uma ótica mais social e retomados por Novais (1995) sob a perspectiva econômica, indicando as intenções de exploração da terra para fins comerciais e de acumulação primitiva de capital, se mantiveram durante o período colonial, imperial e republicano à medida que se via a necessidade de garantia da integridade do espaço, ou, em outras palavras, a manutenção da soberania interna conquistada não sem muitos empecilhos políticos e governamentais.

O que se extrai disso é que, quando comparamos o nosso passado colonial com o Brasil República do século XX, a tese de Caio Prado Jr. (1965) de que o Brasil ainda não superou o sentido da colonização se corrobora. Como veremos de maneira mais conceitual no item seguinte, o processo que resultou na expansão da fronteira agrícola para os Cerrados do Centro-Norte do Brasil não surge apenas na década de 1970, mas é parte de uma estratégia de ocupação dos “espaços vazios” do território nacional que desponta ainda na Era Vargas, quando se promove a transferência de população para a região Centro-Oeste. Surge, nesse momento, a figura de um Estado planejador, que se mostra ainda mais atuante na metade do século, com as políticas de integração do território nacional que são elaboradas no governo de JK, pautadas na construção de redes físicas que facilitaram a comunicação inter-regional, garantindo acessibilidade não apenas aos cidadãos, mas, e especialmente, ao capital e às mercadorias. Ademais, o governo brasileiro, já durante a década de 1950, volta-se para o cenário exterior e incorpora algumas de suas demandas no espaço visando atrair investimentos.

É nas décadas de 1960 e 1970 que o papel do Estado como planejador se fortalece, e há a multiplicação de políticas públicas voltadas para a ocupação das áreas com potencial

produtivo agrícola nos Cerrados, áreas essas que são tidas como parcelas de terra “vazias” prontas para receberem os fluxos migratórios que a ela serão destinados. Cabe aqui enfatizar que o Brasil viveu, até o início da década de 1980, o período de ditadura militar, durante o qual os objetivos de quase todos os governos estavam voltados para o crescimento econômico em detrimento das políticas sociais. O conjunto de medidas que foi de fato definidor para o surgimento de novas territorialidades do capital mais especificamente no Norte e Nordeste do Brasil sob o domínio da agricultura empresarial é aquele expresso pelos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1974 e 1975-1979). O primeiro deles previa a modernização da agricultura e a dinamização dos seus setores (NETO, 1997, p. 132), o que implicou em um reordenamento territorial e na expulsão de grandes contingentes populacionais de áreas agrícolas cuja dinâmica interna se baseava em um modelo de agricultura familiar e voltado ao mercado interno local. A modernização incide a essa formação socioespacial (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21) uma lógica externa que não mantém qualquer engajamento ou responsabilidade para com a escala local e/ou regional, mas responde a agentes federais que, por sua vez, reproduzem uma lógica imposta verticalmente pelo capital financeiro em pleno processo de espraiamento.

O segundo PND, diante do cenário econômico nacional, volta-se para a intensificação da modernização iniciada na sua primeira etapa (NETO, 1997, p. 134), aprofundando, por outro lado, a desigualdade da estrutura agrária, uma vez que as menções à realização de uma reforma foram retiradas dos textos (idem, p. 132). Estabelece-se, assim, o cenário em que se deu o avanço da agricultura empresarial para as áreas de Cerrado do Centro-Norte do país. O conjunto de medidas apresentadas somado à concessão de crédito agrícola pelo governo durante a segunda metade da década de 1970 e a década de 1980 estimulou, ainda, o aumento de produtividade do setor primário e o estreitamento dos laços com os agentes financeiros externos, já presentes nos campos nacionais desde o início desse processo.

A maneira o espaço passa a se organizar a partir de então cria padrões de formas e estruturas que nos permite falar em um processo de regionalização em curso. Nesse sentido, identifica-se o surgimento de uma região produtiva entre os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia que reproduzem a lógica do novo modelo de agricultura capitalista em todos os seus aspectos, destoando-se das áreas adjacentes. Falamos aqui da região denominada MATOPIBA, cuja produção agrícola está baseada majoritariamente em *commodities* como a soja, o milho e o algodão e se voltam ao mercado externo, atendendo a

demanda de países como a China que, junto dos Estados Unidos, encabeçam a lista dos principais importadores.

Antes de partirmos para a análise das particularidades das fronteiras agrícolas e da região produtiva selecionada, temos que ressaltar que a década de 1990 marcou a internacionalização não somente da produção agrícola brasileira em todas as principais áreas produtoras, estando aqui incluso o MATOPIBA, mas representa ainda o início de um período de maior abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro e aos investimentos diretos, os quais tiveram nos primeiros anos do século XXI o seu período de maior expressão (KUGELMAN; LEVESTEIN, 2013 *apud* FREDERICO; BÜHLER, 2015, p. 2014). Temos nesse momento, de acordo com Delgado (2012) citado por Frederico e Bühler (2015, p. 201), a retomada dos incentivos aos produtores exportadores na forma de crédito, assim como o beneficiamento, por parte da agricultura, da política cambial e uma série de outras medidas de caráter macroeconômicas tomadas pelo governo brasileiro na década em questão que visavam principalmente a internacionalização da produção e a abertura do mercado aos investidores internacionais. Houve, conseqüentemente, a intensificação da participação estrangeira na produção agrícola brasileira em todas as etapas das cadeias produtivas, sobretudo nos estágios finais, com destaque para o comércio.

Recuperando os escritos de Chesnais (1996) anteriormente mencionados, a ascensão chinesa no contexto da economia internacional representa um dos melhores exemplos de país cuja estrutura interna organizada tempos antes das décadas de 1970 contribuiu para a sua incorporação ao mercado financeiro de escala global e, mais do que isso, para que se tornasse atualmente um dos países de maior relevância em termos de comércio exterior. Interessa-nos, no entanto, as particularidades que se destacam a partir da segunda metade do século XX e que são os pontos de partida do movimento de ascensão econômica da China no final do século referido e em todo o seguinte, vindo a experimentar quedas mais expressivas apenas agora nos dois últimos anos (2015 e 2016).

A China é um país de formação territorial antigo, tendo passado por diversos tipos de governança que influenciaram diretamente na forma como se organizava a vida e as atividades econômicas, deixando marcas indeléveis no espaço que podem ser consideradas como fatores determinantes para a sua recente ascensão econômica em nível internacional. No entanto, foi a ascensão de Deng Xiaoping ao poder e a realização de uma série de reformas político-estruturais implantadas gradualmente (ARRIGHI, 2008, p. 363) no decorrer das



décadas de 1970 e 1980 que conduziram à abertura econômica chinesa e à sua inserção na dinâmica econômica global, sendo hoje considerado um dos principais agentes nas cadeias produtivas globais tanto no que diz respeito à demanda por *commodities* como ainda no papel de investidor financeiro.

Quando se consulta os dados disponíveis na base da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), constata-se que o país asiático teve uma receita de 616 milhões de dólares correspondentes a remessas pessoais no ano de 1982, valor esse que diminuiu para 271 milhões três anos mais tarde e retomou o crescimento em 1986, chegando a 407 milhões de dólares. Esse contexto já se coloca em uma China economicamente aberta para as parcerias com outros países. Podemos dizer que a China se tornou um país com um mercado aberto aos investidores estrangeiros, tendo sua economia dividida entre aquela voltada para fora e aquela que se volta para o interior de suas fronteiras, mas, social e politicamente falando, mantém-se um país restrito às suas próprias normatizações (DICKEN, 2011, p. 177). É inegável, entretanto, que assim como aconteceu com diversas outras nações que se inserem nessa nova economia-mundo, a formação socioeconômica chinesa viria a ser influenciada pelos fatores externos. Sobre isso escreve Sassen (2016):

“(...) a China pode ainda conservar muitas características de uma sociedade comunista, mas a crescente desigualdade e o recente empobrecimento de sua modesta classe média podem ter sua origem em tendências mais profundas que também estão em ação nos Estados Unidos [qual seja, as lógicas de organização da economia moderna].” (SASSEN, 2016, pp. 15-16, observação nossa)

Diante desse cenário favorável, acontece, a partir dos anos 1990, o que Arrighi (2008) chamou de “boom” da ascensão chinesa, que marca o período quando os investimentos estrangeiros diretos dispararam. Trazendo a discussão para os nossos dias e para um contexto mais diretamente ligado ao nosso, a China concretizou, entre 2007 e 2013, 28,5 bilhões de dólares em investimentos no Brasil distribuídos em 51 projetos confirmados, os quais se concentram preferencialmente no setor de serviços e de energia. Apenas em 2015 foram movimentados 7,4 bilhões de dólares em projetos confirmados, que contabilizam 12. (CEBC, 2016, p. 16) <sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Os dados aqui apresentados foram deduzidos a partir dos gráficos trazidos pelo relatório de investimentos chineses no Brasil do Conselho Empresarial Brasil-China publicado em novembro de 2016. Disponível em: <[http://cebc.org.br/sites/default/files/investimentoschineses14-15\\_portugues.pdf](http://cebc.org.br/sites/default/files/investimentoschineses14-15_portugues.pdf)>.

Ainda de acordo com o relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) publicado em 2016, os investimentos no agronegócio entre os anos de 2014 e 2015 tiveram relevância em função da compra, pela trading chinesa COFCO (*China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation*), de 51% da holandesa Nidera, que é, atualmente, um dos principais produtores de semente de soja e milho no Brasil (CEBC, 2016, p. 22). A China anunciou também o investimento de 1,5 bilhões de dólares, através da COFCO, na empresa Noble Agri, que tem sede em Hong Kong e cujos ativos podem ser encontrados no território nacional, na cadeia produtiva da soja no Mato Grosso e da cana-de-açúcar em São Paulo (CEBC, 2016, p. 22). Regionalmente falando, os maiores investimentos estão concentrados na região Sudeste, com 45% do total, correspondendo o Norte e Nordeste a, respectivamente, 14 e 12%. Os Estados que o formam MATOPIBA representam um total de 11%, dos quais 7% se localizam na Bahia e o restante no estado do Tocantins (CEBC, 2016, p. 21).

A China, portanto, se consolida a partir dos anos 2000 como um dos principais atores econômicos no cenário global, movimentando enormes quantias de capital na forma de investimento estrangeiro direto. No que diz respeito ao setor agrícola, a China concentra grandes projetos no continente africano, onde o montante de capital investido diretamente na aquisição de terras é maior do comparado com aquele realizado nos países da América do Sul, notadamente no Brasil, segundo dados da Land Matrix (s.d.). No entanto, a China é, atualmente, o maior importador de *commodities* agrícolas do país, estabelecendo importante parceria com os estados do Centro-Norte do território nacional, em especial os do MATOPIBA.

### **Novo avanço da fronteira agrícola brasileira e a internacionalização da produção do MATOPIBA**

O contexto político e econômico das décadas de 1960 e 1970 cria, portanto, as condições que possibilitam o avanço da fronteira agrícola para as áreas que se acreditavam estarem vazias no território nacional. A leitura do vazio, no entanto, apenas mostra alguma lógica quando se leva em consideração o fato de a visão de área desocupada ser projetada a partir da intenção de incorporação dessas terras a uma lógica de exploração que se diferencia daquela ali predominante, e nos referimos aqui especificamente aos Cerrados das regiões Nordeste e Norte do país. Podemos comparar essa à compreensão de sertão trazida por Moraes (2002/2003), que reforça a necessidade de uma situação oposta para que ele possa ser

classificado como tal (p. 3). Para além disso, Moraes discute ainda a associação que se faz com o diferente (p. 4), colocando-nos frente, então, ao cerne da nossa discussão: a fronteira agrícola.

Várias são as terminologias adotadas na literatura para tratar do avanço da agricultura modernizada para o interior do território nacional, sendo “front” e “fronteira” dois dos termos mais utilizados e frequentemente apresentados como sinônimos. Contudo, conforme apontamos anteriormente, achamos mais adequado para a proposta o emprego de fronteira agrícola enquanto denominação de um fenômeno espacial caracterizado pela coexistência de distintas temporalidades e, em função disso, pela disputa pelo território. Concordamos, assim, com Martins (1997) quando este descreve o movimento de reprodução de capital nas áreas de fronteira e ressalta a “combinação de ritmos e tempos históricos desencontrados” (MARTINS, 1997, p. 31). O mesmo autor ainda descreve a fronteira como o lugar do outro, do diferente, e, portanto, os conflitos e a violência são quase inerentes nesses espaços, violência essa direta ou estrutural, como as expulsões dos pequenos agricultores descritas por Sassen (2016, pp. 100-101).

Ao contrapor os conceitos de fronteira e front, Frederico (2008) ressalta a importância das franjas pioneiras descritas por Monbeig (1984) para o entendimento do espaço agrícola brasileiro atual, destacando alguns dos seus elementos característicos que viabilizam o avanço do novo modo de produção agrícola ou ainda dele decorrem, dentre eles o papel dos meios de circulação e “autonomia dos lugares” (p. 27). Ainda fazendo referência a Monbeig, Frederico (2008, p. 27) pontua a falta de continuidade espacial desse movimento de expansão ou o que chamou de “progressão irregular”. Esses processos, de acordo com Haesbaert (2015, p. 14), apresentam-se consolidados em algumas porções dos Cerrados do Norte e Nordeste, notadamente nos estados que compõem o MATOPIBA.

Uma última ponderação a respeito da terminologia adotada se refere estritamente ao comportamento dos municípios que se encontram inseridos nas áreas consideradas como sendo de fronteira. Em sua proposta de redefinição conceitual, Haesbaert e Machado et al. (2005, p. 92), ainda que estejam fazendo alusão às fronteiras internacionais, argumentam o fato de as cidades nessas áreas dependerem mais das relações que mantêm com localidades longínquas do que com aquelas contíguas, o que se adequa à fronteira agrícola brasileira e aos municípios do MATOPIBA. É uma expressão da transformação das relações intra-escalares que descreve Haesbaert (1999, p. 31) quando discute a globalização fragmentada e as

diferentes formas de integração da região à escala global, formando redes descontínuas no espaço tal qual aquela que se estabelece entre o MATOPIBA e a China.

Assim, quando mencionamos a expansão da fronteira agrícola estamos nos referindo a uma porção do território que tem a sua própria dinâmica interna que, na maioria das vezes, se distancia da escala local e estabelece vínculos mais estreitos com áreas distantes, no caso aqui apresentado, com outro país. Esse espaço é marcado ainda pelas contradições entre os atores ali presentes antes da investida das novas forças econômicas e os novos atores, os quais se deslocam do seu local de origem atraídos pelos incentivos governamentais e pela grande oferta de terras “desocupadas”, conformando o que Becker (1982, p. 216) chamou de espaços não competitivos.

A nova estratégia de apropriação do espaço (BECKER, 1982, p. 217) que já se fazia notável no Centro-Oeste do país chega ao Norte e Nordeste a partir da década de 1970, dando forma ao que Elias (2015, p. 33) classifica como sendo uma nova Região produtiva do agronegócio, destacando-se na economia nacional em função da elevada produtividade das cadeias produtivas de grãos que nela se realizam, com destaque para os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Este último, de acordo com Elias (2015, p. 33), foi o primeiro estado por onde o novo modelo de produção adentrou, mais precisamente nos municípios do Oeste, gradativamente se estendendo para o sul do Maranhão, sul do Piauí e Tocantins (ELIAS, 2015, p. 33).

À semelhança do que aconteceu nos estados do Centro-Oeste, notadamente no Mato Grosso, os estados do MATOPIBA receberam um grande aporte de migrantes oriundos de outras regiões do Brasil, sendo o principal fluxo aquele que se deu a partir do Sul. A população que se deslocou para a nova fronteira agrícola desencadeou um elevado movimento de instrumentalização do espaço e de oferta de serviços que acabou por atrair novos contingentes interessados nas potencialidades das terras ali disponíveis, cuja aptidão agrícola foi aprimorada com auxílio das agências de pesquisa voltadas ao campo e à agricultura que surgiram a partir da segunda metade da década de 1970 e no decorrer dos anos 1980.

O MATOPIBA experimenta, dessa maneira, uma expansão na área plantada e um aumento de produtividade exponencial, levando em conta, é claro, que o novo modo de produzir da agricultura se pauta nas grandes propriedades monocultoras, excluindo do circuito espacial produtivo as pequenas propriedades e os agricultores familiares, cuja produção se volta majoritariamente ao consumo pessoal e ao mercado local. Como mencionado

anteriormente, a agricultura empresarial que se estrutura em nossa área de estudo se especializa na produção de grãos, dos quais destacamos a soja, o milho e o algodão.

Para podermos expressar as dimensões da produção do MATOPIBA e, por conseguinte, as razões que proporcionaram o escoamento para o exterior, apresentamos aqui alguns dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Em um intervalo de uma década (1980 – 1990), a área plantada com soja nos estados do MATOPIBA passou de 1,9 milhões de hectares para 416,6, valor esse que saltou para 907,5 mil hectares no ano 2000 e chegou a 3.694,3 em 2015, último ano considerado no presente artigo (CONAB, [s.d.]). No que se refere à produção, os montantes variaram de 2,2 mil toneladas em 1980 para 10.559,8 mil em 2015. As demais *commodities* tiveram comportamento semelhante no intervalo de tempo considerado, ainda que a soja seja a mais expressiva quando se considera a região em seu todo. A área plantada com algodão passou de 293 mil hectares em 1980 para 324,4 mil ha no final do período analisado, sendo a produção correspondente de 77,6 mil e 1.251,4 mil toneladas respectivamente. O total de milho, considerando a primeira e segunda safras, foi de 1.248 mil ha plantados em 1980, produzindo 666 mil toneladas, passando para 1.903,3 mil ha plantados e 6.357,1 mil toneladas produzidas em 2015 (CONAB, [s.d.]).

Trataremos com mais detalhes numéricos da demanda chinesa pelos produtos acima elencados no item que se segue, mas conforme apresentados, o país asiático consolida a sua abertura comercial a partir de meados da década de 1980. Somado a isso, passa por um processo de reestruturação interna que alterou o padrão produtivo chinês, com forte investimento no setor industrial e gradativa redução da área cultivada (ARMODY; OWUSU, 2011, p. 243), elevando, portanto, a necessidade de importar matérias-primas e alimentos derivados da agricultura, intensificando a corrente de comércio do país a partir da década de 1990 (ACIOLY et. al, 2011, p. 310). A abertura comercial brasileira ao mercado exterior e o processo que Porto (2006, p. 85) chamou de “adaptação da economia brasileira” à nova dinâmica global da economia facilitou o estreitamento dos laços comerciais entre ambos os países, sendo a região do MATOPIBA uma das regiões responsáveis pelo abastecimento daquele mercado, como veremos a seguir.

## Estreitamento dos laços sino-brasileiros: os fluxos comerciais para com a China a partir do MATOPIBA

Diante do até aqui exposto, consideramos os anos de 2005, 2010 e 2015 para a análise do comportamento da demanda chinesa em um contexto nacional, tendo como referência o ano em que houve maior saída de capitais do território chinês, de acordo com dados da UNCTAD (2017). Regionalmente, os valores se dividem entre os períodos que vão de 2000 a 2004, 2005 a 2009 e 2010 a 2015. Tendo sido o levantamento de dados relativos ao MAPITOBA realizado a partir da base do AliceWeb, foi possível selecionar apenas os municípios que integram os limites definidos para essa nova região e que podem ser encontrados em Alves (2015)<sup>5</sup>, o que deu maior acurácia aos dados apresentados. Pretendemos, ainda, estabelecer um comparativo sucinto para com o consumo interno de cada uma das *commodities* a partir de dados da CONAB disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o território nacional.

**Tabela 1 – Commodities agrícolas importadas para a China nos anos de 2005, 2010 e 2015.**

	2005			2010			2015		
	Peso	Valor*	%	Peso	Valor	%	Peso	Valor	%
<b>Soja</b>	7.157.545.807	1.716.921.127	25,12	19.064.457.911	7.133.440.544	23,17	40.925.506.994	15.787.785.730	44,34
<b>Milho</b>	57.555.828	5.180.025	0,08	39.850.000	7.897.899	0,03	146.816.100	30.325.157	0,09
<b>Algodão</b>	54.038.208	62.541.996	0,92	83.800.515	138.881.122	0,45	103.819.149	164.503.198	0,46
<b>TOTAL</b>	7.269.139.843	1.784.643.148	26	19.188.108.426	7.280.219.565	24	41.176.142.243	15.982.614.085	45

\*Expressos em dólares e considerando o FOB (*Free on board*), modalidade de frete cujo valor é assumido pelo comprador.

**Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).  
 Elaborado pela autora.**

A tabela acima nos mostra a expressividade das *commodities* escolhidas dentre aquelas que foram enviadas para a China no período considerado. Em 2005, cerca de 26% de toda a exportação brasileira correspondeu à soja, milho e ao algodão. Desses, como era de se esperar, a soja representa a maior parcela, com 25,12%. Apenas esse tipo de grão movimentou um valor total de mais de 1,7 bilhão de dólares entre o país asiático e o Brasil, 96% do total desse conjunto de produtos selecionados e 25% do valor total movimentado com as exportações para a China, que, no ano de 2005, foi de 6,8 bilhões de dólares, quase 6% de todo o montante exportado pelo nosso país nesse mesmo período. Apenas para contabilizar o

<sup>5</sup> Para o levantamento de dados, selecionamos os municípios que são apresentados no mapa da página 23 de Alves (2015).

valor importado da China pelo Brasil, temos para 2005 um total de 5,3 bi de dólares (SECEX, 2016). Os valores relativos apresentados para o ano de 2010 refletem o período de recessão que se passou entre 2005 e 2010, diferente, entretanto, dos valores absolutos de quantidade exportada e montante de capital movimentado, que cresceram, respectivamente, 62 e 75%.

O destaque fica com o ano de 2015, que apesar de representar o início de uma retração na economia chinesa ainda mostra que desde o início do período considerado as trocas comerciais aumentaram a uma taxa crescente. As três *commodities* consideradas representam 45% do total das exportações brasileiras para a China no ano, continuando a soja como mais representativa, com 44,34% do total enviado ao país. De 2000 a 2015, o movimento de capitais que se deu entre Brasil e China, considerando ambos, exportações e importações, cresceu 27 vezes, passando de 2,3 bilhões para 66,32 bilhões de dólares (SECEX, 2016).

O consumo interno de soja, considerando os anos de 2010 e 2015, sofreu um aumento discreto, passando de 12.944 para 15.100 mil toneladas. O milho, como era de se esperar, tem maior representatividade na cesta de produtos brasileira, sendo o seu consumo de 49.986 mil toneladas em 2010 e 56.611 em 2015, aumento relativo mais expressivo que o dos produtos do complexo da soja no mesmo período. Diferente dessa tendência de aumento, o consumo interno de algodão cai cerca de 21% no intervalo de tempo considerado, passando de 1.039 mil toneladas para 820 toneladas em 2015 (MAPA, 2017). Quando comparamos, portanto, com os dados acima expostos de comercialização para com a China, percebemos a dimensão da internacionalização da pauta exportadora brasileira e a relevância, por conseguinte, desses mesmos produtos na composição da demanda interna.

Voltando-nos, então, ao MATOPIBA, a análise mais cuidadosa dos dados mostra o destaque dos municípios baianos no envio de soja à China, que, no período considerado, comercializaram com o país um total de 6.429.034 toneladas do produto, ainda que não seja possível encontrar os dados para o intervalo de 2000 a 2004. O Maranhão vem logo na sequência, suprimindo uma demanda de 4.726.099 toneladas de soja, com destaque para o período de 2005 a 2009, em que experimentou um aumento de quase 23 vezes, passando de 70.613 para 1.606.333 toneladas. O menor montante para o período fica com o Estado do Piauí, não sendo, entretanto, menos significativo: os municípios piauienses que se inserem na região do MAPITOBA exportaram 560.054 toneladas de soja para a China nos últimos dezesseis anos, dos quais 71% correspondem apenas ao ano de 2015.

**Tabela 2 – Envio de soja\* do MATOPIBA à China no período de 2000 a 2014 e 2015 (em toneladas).**

Estado	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Bahia	–	882.553	5.546.481	1.743.863
Maranhão	70.613	1.606.333	3.049.153	1.094.493
Piauí	–	9.822	550.232	398.019
Tocantins	88.526	489.423	1.642.203	521.323

\*Soja, mesmo triturada.

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço, AliceWeb, 2016. Elaborado pela autora.

Considerando o caso do algodão, ainda que o Maranhão tenha sido um dos estados pioneiros na cotonicultura destinada ao mercado externo, é o Tocantins quem desponta como o principal exportador, comercializando um total de 2.220.152 toneladas do produto, com destaque para o período de 2010 a 2014, quando os valores correspondem a 50,5% do total em todo o intervalo de tempo considerado e representam um montante de 1.120.880 toneladas. A Bahia se consagra como sendo o segundo maior estado escoador de algodão do MAPITIBA para a China, com um montante de 375.682 toneladas em todo o período. O intervalo de 2010 a 2014 foi, igualmente, aquele em que o produto baiano mais se destacou no mercado chinês, com um total de 282.915 toneladas enviadas, o que devemos aos elevados índices de produtividade do algodão cultivado no Oeste da Bahia entre os anos de 2010 e 2011, somados à maior demanda chinesa a partir de 2010. Ao contrário do padrão observado para a soja, os índices de exportação de algodão para a China no ano de 2015 caíram consideravelmente tanto na Bahia quanto no Tocantins. Em se tratando do milho, o acervo do AliceWeb encontrou registros apenas para os municípios baianos no período que vai de 2010 a 2014, quando exportaram 5.408 toneladas.

Através dos dados que foram possíveis de se obter, conclui-se que a China se consagrou a partir dos anos 2000 como um dos principais parceiros comerciais dos municípios produtores de *commodities* agrícolas do MAPITIBA, mediada em maior parte pelo governo de ambos os países do que por empresas transnacionais. Esse cenário se repete quando ampliamos as escalas e analisamos o quadro nacional de envio de mercadorias ao exterior, tendo o capital chinês representado, em 2015, um valor que corresponde a 18,62% do total do valor que entrou na economia brasileira na forma de exportações. Assim, ainda que, de acordo com o Banco Central (s.d.), a China invista mais diretamente no Brasil no setor de serviços, as transações comerciais e a demanda por produtos agrícolas produzem igualmente intensas transformações no espaço à medida que exigem novos fixos e novas normatizações, ou ainda a adaptação de suas formas anteriores para a sua efetivação.



## Conclusão

Em nosso artigo, procuramos analisar a maneira como o capital e a economia internacional em sua totalidade se realizam no espaço geográfico, mais precisamente em nível territorial. Com isso, vamos de encontro ao constatado por Becker (1982, p. 175) quando escreve que o novo arranjo econômico que se delineia ao redor do globo a partir da década de 1970 tem na propriedade o seu intermediário para com a escala local. De forma direta, isso se expressa no aumento progressivo da compra de terras por países integrantes do Norte econômico em países do Sul, notadamente do continente africano e americano, sendo a América do Sul um dos principais alvos (Land Matrix, [s.d.]). Por outro lado, o crescimento exponencial dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) nos indica a dimensão que esse novo modelo de circulação de capitais atingiu, diluindo gradativamente as fronteiras geopolíticas estabelecidas e favorecendo a ação de agentes externos nas escalas locais. Como exemplo disso, estudamos o caso da China e sua relação com o Brasil e, mais especificamente, com a região produtiva do MATOPIBA, formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Os laços comerciais sino-brasileiros não são recentes, mas se destacam a partir da segunda metade do século XX, quando não apenas o Brasil passou por um processo de reordenamento territorial mas também a China, cujo resultado foi a abertura de seu mercado ao capital internacional. Ambos os processos tiveram o Estado como impulsionador, mas, no caso brasileiro, as ações se voltavam na sua maioria para a instalação de uma estrutura que serviria aos agentes externos e às suas demandas produtivas, pensando aqui no caso das *commodities* agrícolas. Nossa economia, portanto, volta-se preferencialmente para fora e deve essa característica não apenas ao fenômeno da globalização como também à agenda de políticas econômicas Estado brasileiro adotada no final do século XX (FREDERICO; BÜHLER, 2015, p. 201). É a partir desse quadro que se delineia o novo movimento de avanço das fronteiras agrícolas, agora direcionado para a região Centro-Norte do país, onde se instalou a agricultura empresarial que apesar de empregar técnicas modernas à montante e à jusante da produção se manteve centrada no modelo monocultor produtor de *commodities* agrícolas, isto é, produtos de baixo valor agregado, porém de elevado valor comercial. O MATOPIBA é, assim, o mais emblemático representante desse período.

O novo papel da China e o aumento da sua demanda por *commodities* agrícolas intensificaram as relações com o Brasil, sendo a região produtiva supracitada uma das

principais áreas escoadoras de soja, milho e algodão para o país. Ainda que sejam escassos os projetos de investimento direto em terras e em ramos específicos de cadeias produtivas que se localizam em municípios daquela região, podemos concluir que a China é atualmente um dos maiores impulsionadores da agricultura do MAPITIBA, gerando uma intensidade de fluxos de capital que se mostra crescente até o ano de 2015. Essa movimentação, por sua vez, induz ainda à aplicação em capitais fixos que demandam uma série de condições de instalação e/ou renovação que imprimirão novas estruturas no espaço, na medida em que os produtores se veem pressionados a elevar os seus índices de produtividade e escoar a produção de forma que a demanda seja atendida em tempo hábil.

No entanto, ainda há um longo caminho de estudos a se construir no que diz respeito às transações comerciais e financeiras que caracterizam a relação da China para com o espaço agrário brasileiro e com a região do MATOPIBA mais estritamente, tendo em vista a desaceleração da economia do país asiático nos últimos dois anos e as incertezas quanto ao comportamento dos fatores macroeconômicos, incertezas essas que crescem diante da imprevisibilidade política dos Estados nacionais na atualidade, estando aqui incluso o Brasil.

### Referências bibliográficas

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. China e Brasil: oportunidades e desafios. In: ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

Banco Central do Brasil. Séries históricas – Investimento estrangeiro direto. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/notas/htms/notas.asp>>.

BANCO Mundial. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CARMODY, Padraig; OWUSU, Francis. A expansão da China para a África: Interesses e estratégias. In: ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, SP: Xamã, 1996.

COMPANHIA Nacional de Abastecimento. Séries históricas. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2>>.

Conselho Empresarial Brasil – China. Investimentos chineses no Brasil (2014-2015). Disponível em: <[http://cebc.org.br/sites/default/files/investimentoschineses14-15\\_portugues.pdf](http://cebc.org.br/sites/default/files/investimentoschineses14-15_portugues.pdf)>.

DELGADO, G.C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

DICKEN, Peter. *Global shift: mapping the changing contours of the world economy*. New York, NY: The Guilford Press, 2011, 6th ed.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. Repercussões da Expansão da Agricultura Moderna sobre a pequena Produção do Sul do Maranhão. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

FREDERICO, Samuel; BÜHLER, Eve Anne. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no oeste da Bahia. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

FREDERICO, Samuel. **O Novo Tempo do Cerrado**. 2008. 285 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20032009-163452/pt-br.php>>.

HAESBAERT, Rogério; MACHADO, Lia; NOVAES, André; RIBEIRO, Letícia P.; STEIMAN, Receba. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado De. (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: UFMS, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Prefácio. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. In: **GEOgraphia**, ano 1, n. 1, jun. 1999, pp. 15-39.

HELLEINER, E. **States and the Reemergence of Global Finance, from Bretton Woods to the 1990's**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.

KUGELMAN, M. ; LEVENSTEIN, S.L. (Orgs.). **The global farms race : lands grabs, agricultural investment, and the scramble for food security**. Washington : Island Press, 2013).

LAND MATRIX. Disponível em: <<http://www.landmatrix.org/>>.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Sumários Executivos de Produtos Agrícolas (2017). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/sumarios-executivos-de-produtos-agricolas>>.

MONBEIG, Pierre (1977). **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984. Tradução por Ary França e Raul de Andrade e Silva.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil. In: **Geografares**, Vitória, n. 2, jun. 2001, pp. 105-113.

MORAES, Antônio Carlos Robert. O Sertão: um “outro” Geográfico. In: **Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil**, anos III/IV, no. 4/5, 2002/2003, Rio de Janeiro, pp. 11-23.

NETO, Wenceslau G. **Estado e Agricultura no Brasil (política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980)**. São Paulo, Hucitec, 1997.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6 ed. São Paulo: Hucitec. 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 8ed. São Paulo: Brasiliense. 1965.

PORTO, Edgard. As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo, HUCITEC, Edusp, Fapesp, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. 1ª. edição, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SECRETARIA De Comércio Exterior (SECEX), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/legislacao/157-portarias-secex>>.

SISTEMA de Análise e Informação de Comércio Exterior (AliceWeb) – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br>>.

UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/EN/>>.